



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Gabriel Barros Kilson

Mensuração, reconhecimento e evidenciação de patentes científicas da Empresa Brasileira de
Pesquisa Agropecuária

Brasília, DF
2024

GABRIEL BARROS KILSON

Mensuração, reconhecimento e evidenciação de patentes científicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Contabilidade Pública

Brasília, DF
2024

Kilson, Gabriel Barros

Mensuração, reconhecimento e evidenciação de patentes científicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / GABRIEL BARROS KILSON; Orientador(a): Prof. Abimael de Jesus Barros Costa.

Trabalho de Conclusão de curso (Bacharel- Ciências Contábeis e Atuariais) – Universidade de Brasília.

1. Impactos da Contabilidade na Sociedade 2. Contabilidade Pública . I. Costa, Abimael de Jesus Barros, orient. II. Título.

CDD –

Professora Doutora Rozana Reigota Naves
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Márcio Muniz de Farias
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Roberto Goulart Menezes
Decano de Pós-graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama
Coordenador do Programa Pós-graduação em Ciências Contábeis

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

GABRIEL BARROS KILSON

Mensuração, reconhecimento e evidenciação de patentes científicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Me. Eurípedes Rosa do Nascimento Júnior
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília
2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecer a Deus por me dar a possibilidade de viver e ter experiências tão maravilhosas como estudar na Universidade de Brasília.

Agradeço também aos meus pais por me proporcionarem uma ótima educação e por abdicarem de todos os prazeres possíveis para me criarem e tornarem a minha vida muito mais feliz.

Agradeço ao meu irmão que sempre me apoiou, ajudou e me defendeu das adversidades da vida.

Agradeço à minha namorada que sempre me apoiou em todas as minhas decisões. E que possamos usufruir muito dessa conquista enquanto construimos a nossa família.

Agradeço aos meus muitos amigos que conheci na UNB e que vou levar para minha vida.

Agradeço ao meu professor orientador Abimael pelo apoio na realização do TCC e pelas aulas que pude ter com ele no decorrer da minha graduação.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo buscar informações acerca do registro e mensuração de patentes na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Para isso foram retiradas informações do INPI e das demonstrações financeiras da empresa. Como se trata de uma empresa que trabalha diretamente com pesquisa, é esperado que tenha uma grande quantidade de registros de patentes e que grande parte delas esteja evidenciada em suas demonstrações. A título de comparação, também foram extraídos dados de todas as Empresas Públicas Federais para serem observados e entender um pouco mais sobre como estão sendo realizados os processos de evidenciação de patentes no setor público. Como resultado pode se observar que a grande maioria das empresas não tinham patentes para registro e daquelas que havia registro no INPI cada uma apresentava uma forma de registro diferente. A EMBRAPA, empresa alvo da pesquisa, apresentou uma quantidade significativa de patentes, porém nenhuma delas está evidenciada em suas demonstrações financeiras. A empresa alegou que ainda está em estudo o registro desses ativos como intangíveis de forma a resultar em uma redução de despesa e em consequência disso uma apuração maior de lucros pois até o momento a mensuração desses ativos tem sido registrada como despesa.

Palavras-chave: Patentes; Setor Público; Contabilidade Pública; Empresas Públicas; Intangível

ABSTRACT

The present work aims to seek information about the registration and measurement of patents at the Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. For this purpose, information was taken from INPI and the company's financial statements. As this is a company that works directly with research, it is expected that it will have many patent registrations and that a large part of them will be evidenced in its statements. By way of comparison, data was also extracted from all Brazilian Federal Public Companies to be observed and to understand a little more about how patent disclosure processes are being carried out in the public sector. As a result, the vast majority of companies did not have patents for registration and of those that were registered with the INPI, each one had a different form of registration. EMBRAPA, the company targeted by the research, presented a significant number of patents, but none of them are evidenced in its financial statements. The company claimed that the registration of these assets as intangibles is still being studied in order to result in a reduction in expenses and, consequently, a greater calculation of profits because until now the measurement of these assets has been recorded as an expense.

Keywords: Patentes; Public Accounting; Public Sector; Public Companies; Intangible

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 Empresas Públicas Federais Dependentes	21
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sítio eletrônico INPI	18
Figura 2 – Pesquisa patentes INPI	19
Figura 3 – Resultados pesquisa INPI.....	20
Figura 4 – Metodologia da pesquisa	22
Figura 5 – Patentes depositadas no INPI	23
Figura 6 – valor evidenciado nas demonstrações financeiras.....	24
Figura 7 – Ativo intangível EMBRAPA	25
Figura 8 – Resposta EMBRAPA	25

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 A convergência da contabilidade pública	13
2.2 Ativos intangíveis e patentes	14
2.3 Empresas públicas	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública tem passado por um processo de convergência em que é exigida uma padronização da contabilidade tanto no próprio país como também em relação a outros países, algo que tem sido considerado como um grande desafio para os gestores públicos (Assis, 2015). Um importante tema dentro da contabilidade pública são os ativos intangíveis, que são retratados na NBC TSP 08. Na norma são apresentados os critérios de reconhecimento e mensuração deles. Além disso, Kayo (2016) declara que os ativos intangíveis são um grande diferencial para as organizações por conta de suas particularidades, diferentemente dos ativos tangíveis eles são de difícil obtenção e mensuração e são de propriedade de uma única organização. Kayo também exalta a importância de se mensurar os intangíveis já que servem de base na hora de se realizar uma fusão ou aquisição.

Ademais, os ativos intangíveis têm apresentado um grande crescimento em comparação aos ativos tangíveis, principalmente em organizações que estão relacionadas a pesquisas em áreas de inovações tecnológicas (Pacheco, 2005). Porém, um grande problema é de que os ativos intangíveis quase em sua totalidade não são sequer registrados nas demonstrações contábeis, tornando o valor explicativo delas menor do que deveria ser (Zanoteli, 2015). Perez e Famá (2006) constataam que as demonstrações contábeis sofrem grande distorções ao não se registrar e mensurar corretamente um ativo intangível, o que pode resultar em informações erradas para as partes interessadas.

Outrossim, dentro da área de pesquisas um aspecto que deve ser levado em conta pelos pesquisadores em seus trabalhos é o da proteção de sua propriedade intelectual que é resguardado pelo direito intelectual por meio das patentes. A propriedade intelectual é a representação de inovações advindas do espírito humano não importando o que elas são, como por exemplo pode ser citada a inovação tecnológica ou até mesmo um desenho (Figueiredo; Pacheco; Penteado, 2008). Cavalcante e Zeppelini (2009) conceituam as patentes como ativos intangíveis de duração limitada, podendo sua vida útil variar de caso a caso.

Por fim, dentro do setor público A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) representa uma grande parcela dos registros de patentes das empresas públicas federais. Ela foi criada em 1973 e está diretamente vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Ela é uma empresa que trabalha diretamente com a

inovação científica e tecnológica voltada para práticas agropecuárias (Visoli, 2017). Buainain, Mendes e Ribeiro (2015) relatam que muitos colaboradores por conta da natureza da empresa de produzir conhecimento científico são incentivados a gerar produtos que precisam de registro de propriedade intelectual. Além disso, em 1996 um marco legal sobre propriedade foi revisado e a ela precisou editar normativos para que a partir daquele momento fossem feitos ajustes sobre o registro de propriedade para a proteção dos direitos da empresa.

Com isso, essa pesquisa busca entender mais sobre como está a situação atual dos registros nas demonstrações financeiras e nos relatórios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de suas patentes em comparação com o registro delas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Ademais, o trabalho tem como objetivo secundário buscar compreender como esse processo está acontecendo nas outras Empresas Públicas Federais brasileiras a título de comparação. Na metodologia foram então realizadas pesquisas no banco de dados do INPI e nas demonstrações financeiras dessas empresas para comparar quantas patentes foram depositadas e qual seria o valor delas nas demonstrações. Posteriormente foram observados os relatórios da EMBRAPA para observar quais os métodos de registro e mensuração eles estavam usando para as patentes da empresa. A importância desse artigo está na evidência das patentes que tem poder de agregar muito valor nas demonstrações das empresas e que hoje são em muitos casos apenas registradas no INPI e consideradas apenas como despesas no registro contábil. A EMBRAPA é uma empresa do setor público que apresenta grande importância no ramo de produção científica e por isso é esperado encontrar grande número de patentes registradas em seus ativos nas demonstrações financeiras, e por conseguinte em seus relatórios. Ficam então alguns questionamentos que deverão ser respondidos com o desenvolvimento da pesquisa: A EMBRAPA registra suas patentes no INPI e em suas demonstrações financeiras? As outras empresas públicas federais apresentam comportamento semelhante ao da EMBRAPA em relação ao que concerne a suas patentes?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte da pesquisa são abordados os referenciais e conceitos utilizados para o desenvolvimento do trabalho. Dentre eles pode se destacar a evolução da convergência da contabilidade pública no Brasil às normas de contabilidade internacional, os conceitos de ativos

intangível e patentes, e por último uma introdução a organização da administração pública com ênfase as empresas públicas.

2.1 A convergência da contabilidade pública

Um dos princípios contábeis previstos nas normas brasileiras é o da comparabilidade, que define que as informações possam ser comparadas entre diferentes entidades e em recortes temporais diferentes. Com isso, uma tendência de se haver harmonia entre as demonstrações contábeis começou a surgir, para que mesmo em diferentes países as informações contábeis fossem uniformes e pudessem respeitar os princípios da contabilidade de forma universal (Do Prado; Paiva; 2017).

Segundo Assis (2015), o processo de convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais começa efetivamente com a publicação da portaria 181/08 do Ministério da Fazenda. Com isso, é criado um manual que delimita como devem ser feitas as operações e registros contábeis do setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Além disso, também no mesmo ano da publicação da portaria é criado pelo CFC as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) buscando normatizar para as entidades públicas e padronizar os processos contábeis trazendo um viés patrimonial onde o foco da contabilidade é o patrimônio público, não mais focado no orçamento como anteriormente. O Conselho Federal de Contabilidade editou normativos para que essa convergência fosse efetivada, dentro da norma NBC T 16.1 é definido o campo de aplicação da contabilidade pública:

“As entidades abrangidas pelo campo de aplicação devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o seguinte escopo:

- (a) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais;
- (b) parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social”

Consoante Lima (2017), a contabilidade pública vem passando por um processo de convergência desde 2004, quando foi criado um comitê que teria como atribuição a criação de normas que seriam aplicadas à contabilidade do setor público. É importante ressaltar que a

Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão integrante do Ministério da Fazenda, é responsável pela elaboração do MCASP, de forma a trazer a instrumentalização dos normativos que o CFC elabora. Um marco importante que está em processo de elaboração é uma nova Lei Complementar que irá tratar de direito financeiro e gestão patrimonial pública substituindo a antiga Lei 4.320/64 que até hoje ainda está vigente.

Ademais, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) ressalta que a STN ao elaborá-lo tem como intuito a convergência dos padrões contábeis públicos às normas internacionais. Além disso, também é mencionado a criação de um plano de contas (PCASP) que é aplicado em todo o território brasileiro, de forma a separar as naturezas da informação contábil em orçamentárias, patrimoniais e de controle. A Lei 4.320/64 previa algumas demonstrações contábeis que com o advento da convergência tiveram de ser modificadas, o que ocasionou alterações no PCASP. Esses impactos afetaram principalmente os procedimentos que eram realizados anteriormente nas demonstrações contábeis brasileiras.

2.2 Ativos intangíveis e patentes

Para começar a abordar o tema de patentes é importante primeiro entender o que são e como são conceituados os ativos, segundo o CPC 04 (2010):

“Ativo é um recurso: (a) controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e (b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.”

E em relação aos ativos que se enquadram como ativos intangíveis:

“Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”

Para o reconhecimento dos ativos intangíveis é necessário que cumpram requisitos que podem ser elencados segundo o CPC 04 como:

“(a) a definição de ativo intangível (ver itens 8 a 17); e
(b) os critérios de reconhecimento (ver itens 21 a 23):

21. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se: (a) for

provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

22. A entidade deve avaliar a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

23. A entidade deve utilizar seu julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo, com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso às evidências externas.”

Conforme Milone (2004) grande parte dos valores que uma empresa ou organização tem são advindos de ativos intangíveis. Esses componentes da entidade geram valor ao maximizar o valor da organização, mesmo que não sejam tangíveis. Para mensurar esse valor é necessário quantificar o quanto ele poderá gerar renda para o negócio, de forma que um método muito conhecido para isso seja o Fluxo de Caixa Descontado. Esse método busca trazer a valor presente a expectativa de fluxo de caixa futura de um determinado ativo baseado em eventos passados. O autor apresenta também falhas para esse modelo, e demonstra que nem sempre esses eventos poderão refletir o comportamento futuro de um ativo, o que pode gerar uma mensuração errada do valor de um ativo.

Para De Araújo (1981), patentes são direitos que uma pessoa recebe por determinada invenção, e esses direitos geram para ela um potencial econômico. Para ele as patentes podem apresentar diferentes usos, dentre os quais podem ser citados:

“identificação de tecnologias emergentes, identificação de tecnologias alternativas, identificação dos autores de uma dada tecnologia, ordenação dos fluxos tecnológicos com o exterior e a atualização técnica do pessoal envolvido com atividade de Pesquisa e Desenvolvimento”.

Por outro lado, patente pode ser definida como uma recompensa que o seu criador recebe e que lhe dá o direito de poder negociar com potenciais compradores de sua inovação tecnológica ou industrial. (Amadei; Torkomian, 2009).

Ademais, Kono (2014) alega que as patentes são conceituadas como o direito para

comercializar inovações de forma temporária, porém ao se registrar uma patente os métodos utilizados para essa inovação devem ser divulgados, o que cria uma relutância por parte de alguns inventores. No Brasil, as patentes são competência do INPI, que regulam e normatizam como devem ser registradas. Outra informação importante é que ao se registrar uma patente ela não será protegida em países diferentes do local registrado, o que dá liberdade para outras pessoas copiarem a inovação fora do país.

De acordo com Ferreira (2009), as organizações podem realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e tais gastos precisam de uma proteção para que outras organizações não se apropriem de tal inovação. Essa defesa se chama Patente e é uma forma de proteção temporária que possibilita a remuneração do desenvolvimento tecnológico e da pesquisa científica. Para isso, as patentes são registradas e publicadas no INPI, para que qualquer um possa consultar informações relativas ao registro dela.

Além disso, existem duas opções quando se tem um ativo, ele pode ou não ser protegido por uma patente. No caso de não haver proteção, existe a possibilidade de a concorrência começar a produzir esse mesmo ativo, o que pela lógica econômica tornará o seu preço menor. Em contrapartida, com o registro da patente e consequentemente o impedimento da produção por terceiros, o preço do ativo será maior e o resultado da sua avaliação será maior também. O autor propõe um modelo de mensuração de valor das patentes baseado em 5 etapas: Identificação dos pedidos de patentes, análise estratégica de patentes, análise das patentes do ponto de vista legal, análise das patentes do ponto de vista de negociações e selecionar o método de valoração de patentes (Adriano; Antunes, 2017).

2.3 Empresas públicas

O Estado brasileiro possui um governo que é organizado em diversas entidades que prestam serviços públicos para a população. A administração Pública ao se organizar se divide em Administração Direta: constituída por ministérios e secretarias e Administração Indireta: Empresas Públicas, Autarquias, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas. A administração direta reflete a delegação de atividades internamente por meio da desconcentração de poder. Por outro lado, a administração indireta trata da descentralização de poder onde a criação de suas entidades desvincula suas atividades do ente político por meio da

criação de uma pessoa jurídica nova com responsabilidade e autoridade para sua própria administração (Junquillo, 2010).

Para De Melo (2002), empresas públicas são entidades de direito privado assim como as sociedades de economia mista, e mesmo tendo essa característica continuam tendo papel importante como parte da administração pública. Esse atributo dela não a exime de seguir regras aplicadas as entidades públicas, com previsão expressa na Constituição Federal. Ambas, empresas públicas e sociedades de economia mista tem peculiaridades comuns, porém é de esperar um controle maior dessa já que o seu capital é 100% público. Ambas podem se enquadrar como prestadores de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, sendo que no primeiro caso são adotados benefícios que uma organização privada não teria acesso, como isenções fiscais, já no segundo caso para não comprometer o regime de concorrência essas vantagens não são concedidas.

Outrossim, vale apontar que para as empresas públicas existe uma distinção entre aquelas que são dependentes de capital público e as que são independentes. No caso das dependentes, o MCASP prevê que elas obrigatoriamente devem seguir as regras previstas nele assim como previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

“Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:
I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;
II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;
III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;”

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é uma empresa pública, que apresenta um papel importante na inovação e modernização da agricultura brasileira. Ela foi criada para concentrar a pesquisa agropecuária do país inteiro. Seus esforços são voltados para conservação e aumento de produtividade no setor agro. Mesmo com seus setores de pesquisa crescendo, a empresa continua com seu objetivo principal de buscar atender ao setor privado e suas peculiaridades, gerando conhecimento para aqueles que trabalham na área de produção (REIFSCHNEIDER, 2010). Por ser uma Empresa Pública Federal, a EMBRAPA deve seguir os normativos aplicados a esse tipo de organização, tais como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a execução desse trabalho foram realizadas pesquisas exploratórias e descritivas, por meio de análise de dados, pesquisas bibliográficas e levantamento documental. Dessa forma a pesquisa pode ser considerada quali quantitativa pois apresenta traços encontrados em ambas as formas.

Para a pesquisa foi utilizada a metodologia descrita por Zamboni (2016) por meio do levantamento de quantas patentes estavam registradas em cada CNPJ das empresas públicas em questão no sítio eletrônico do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A metodologia de Zamboni consiste em acessar a base de patentes do INPI e buscar pelo CNPJ da organização desejada, de forma que os resultados expressem a quantidade de registros específica daquela pessoa jurídica. A metodologia descrita acima pode ser exemplificada da seguinte maneira:

1º Passo: acessar o sítio eletrônico da base de dados de patentes do INPI e selecionar PATENTE.

Figura 1 - Sítio eletrônico INPI



Fonte: elaborado pelo autor

2º Passo: Selecionar CPF/CNPJ do Depositante, inserir o CNPJ da empresa no campo em branco e clicar em pesquisar.

Figura 2 – Pesquisa patentes INPI

PESQUISA BÁSICA
Forneça abaixo as chaves de pesquisa desejadas. Evite o uso de frases ou palavras genéricas.

Contenha o Número do Pedido

Contenha o Nº de Recolhimento da União - GRU

Contenha o Nº do Protocolo

Contenha todas as palavras no Título

Nº de Processos por Página : 20

Título
Resumo
Nome do Depositante
Nome do Inventor
CPF/CNPJ do Depositante

Fonte: elaborado pelo autor

3º Passo: Observar quantos processos satisfazem a pesquisa, esse valor será utilizado para a base da pesquisa de quantas patentes estão registradas em cada empresa no INPI.

Figura 3 – Resultados pesquisa INPI

RESULTADO DA PESQUISA (12/11/2024 às 10:45:13)

Pesquisa por:

Expressão exata: '003/0001-10 no CpfCnpjDepositante' \

Foram encontrados **384** processos que satisfazem à pesquisa. Mostrando página 1 de 20.

Pedido	Depósito	Título	IPC
BR 10 2024 021350 5	14/10/2024		-
BR 10 2024 019513 2	23/09/2024		-
BR 10 2024 018669 9	10/09/2024		-
BR 10 2024 017665 0	28/08/2024		-
BR 10 2024 017657 0	28/08/2024		-
BR 10 2024 011248 2	04/06/2024		-
BR 10 2024 010400 5	24/05/2024		-
BR 13 2024 007461 0	17/04/2024		-
BR 10 2024 007303 7	15/04/2024		-
BR 20 2024 000300 0	08/01/2024		-
BR 10 2023 027326 2	22/12/2023		-
BR 10 2023 026187 6	12/12/2023		-
BR 10 2023 021334 0	13/10/2023	COMPOSIÇÃO PARA ATRAÇÃO E/OU CONTROLE DA MARIPOSA DIATRAEA SACCHARALIS E MÉTODO DE CONTROLE UTILIZANDO DITA COMPOSIÇÃO	A01N 63/14
BR 10 2023 010657 9	31/05/2023		-
BR 10 2023 010195 0	25/05/2023		-
BR 10 2023 006506 6	06/04/2023	PROCESSO DE OBTENÇÃO DE CONCENTRADO SOLÚVEL E/OU ISOLADO PROTEICO SOLÚVEL DO CAFÉ, CONCENTRADO SOLÚVEL E ISOLADO PROTEICO SOLÚVEL DO CAFÉ, USO DO CONCENTRADO SOLÚVEL E DO ISOLADO PROTEICO SOLÚVEL DO CAFÉ	A23J 3/14
BR 10 2023 005615 6	27/03/2023	MICROORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO PARA CONVERSÃO DE PENTOSIS E MÉTODO DE PRODUÇÃO DE COMPOSTOS QUÍMICOS UTILIZANDO O MESMO	C12P 7/04
BR 10 2023 004777 7	14/03/2023	MÉTODO DE CONTROLE DE POPULAÇÕES DE PRAGAS DE INSETOS RESISTENTES À PROTEÍNA VIP3AA	C12N 15/32
BR 10 2022 022396 3	04/11/2022	PROTEÍNAS INSETICIDAS QUIMÉRICAS TRUNCADAS	C07K 14/325
BR 10 2022 022227 4	01/11/2022	MÉTODO DE PREPARO E ANÁLISE DE PELO MENOS UMA AMOSTRA DE SOLO, MÉTODO DE GERAÇÃO DE MAPA, MAPA, USO DE MAPA, SISTEMA DE ANÁLISE DE PELO MENOS UMA AMOSTRA DE SOLO, DISPOSITIVO PARA PREPARO DE PELO MENOS UMA AMOSTRA DE SOLO E PORTA-AMOSTRAS	G01N 21/3563

Páginas de Resultados:

1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | ...20-Próxima»

Fonte: elaborado pelo autor

No caso em questão, foi utilizada a metodologia descrita acima para a busca de registros de patentes da EMBRAPA, e foram retirados do PORTAL EMBRAPA informações relacionadas ao registro das respectivas patentes das demonstrações contábeis da empresa e de seus relatórios de gestão dos anos de 2019 a 2023.

Com o intuito de obter o fator de comparabilidade também foram extraídos dados do INPI por meio da mesma metodologia de outras empresas públicas federais e suas correspondentes demonstrações financeiras retiradas de seus respectivos sítios eletrônicos. No caso dessas empresas apenas foram utilizadas as demonstrações do ano de 2023. As organizações escolhidas foram as empresas públicas federais que são dependentes dos recursos do Tesouro Nacional, por conta de sua mesma natureza jurídica, o que torna suas características semelhantes. Na tabela abaixo podem ser observados os dados das empresas públicas que foram selecionadas para a comparação, nela são apresentadas: nome da empresa, a sigla e o órgão ao qual estão vinculadas:

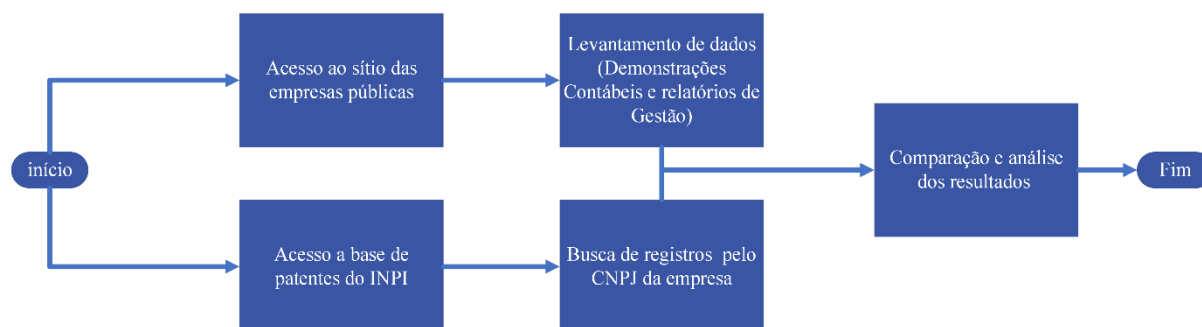
Tabela 1 Empresas Públicas Federais Dependentes

Empresa	Sigla	Órgão vinculado
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.	AMAZUL	Ministério da Defesa
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.	CEITEC	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	CBTU	Ministério das Cidades
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	CODEVASF	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	CPRM	Ministério de Minas e Energia
Companhia Nacional de Abastecimento	CONAB	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Empresa Brasil de Comunicação S.A.	EBC	Ministério das Comunicações
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	EBSERH	Ministério da Educação
Empresa de Pesquisa Energética	EPE	Ministério de Minas e Energia
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.	TRENSURB	Ministério das Cidades
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	Ministério da Educação
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	GHC	Ministério da Saúde
Indústria de Material Bélico do Brasil	IMBEL	Ministério da Defesa
Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.	NUCLEP	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Infra S.A.	INFRA	Ministério dos Transportes

Fonte: elaborado pelo autor

De uma forma resumida a metodologia dessa pesquisa pode ser exemplificada em forma de processo da seguinte maneira:

Figura 4 – Metodologia da pesquisa



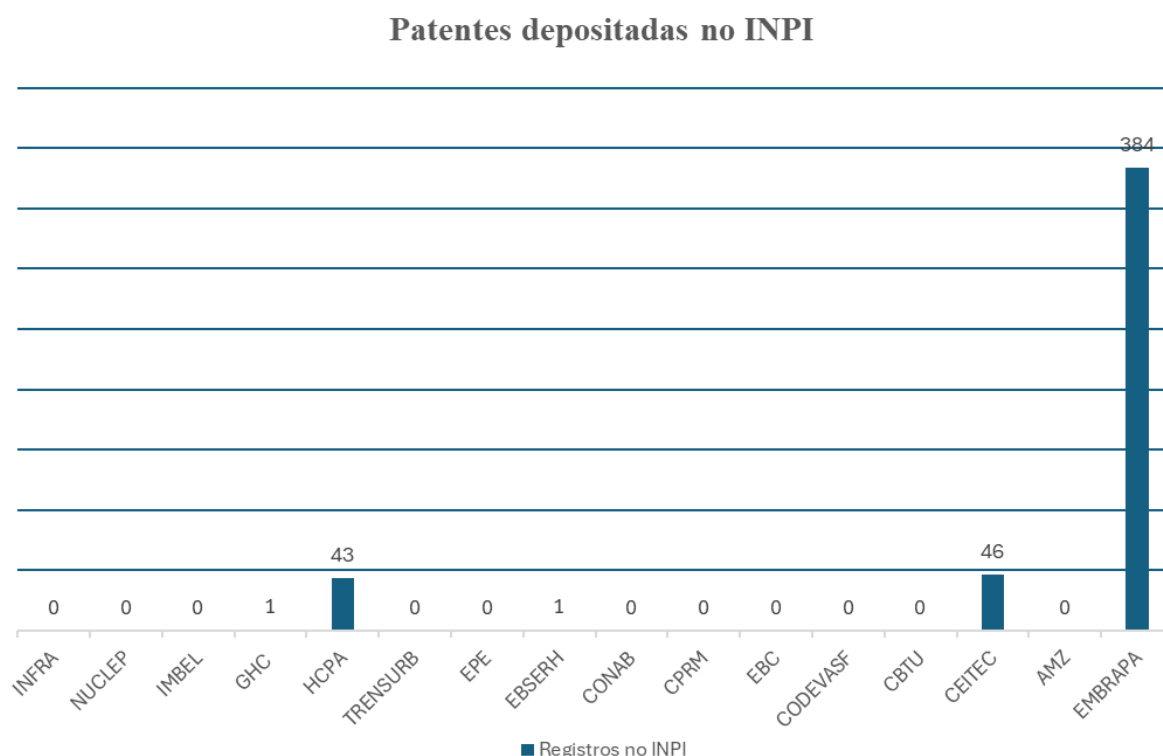
Fonte: elaborado pelo autor

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os resultados dessa pesquisa podem ser divididos em duas partes (i) quantidade de patentes que foram depositadas no INPI, (ii) valor das patentes nas demonstrações financeiras publicadas pelas empresas. Vale ressaltar que o foco da pesquisa é a EMBRAPA e que as outras empresas foram avaliadas a título de comparação, porém nos resultados as informações serão apresentadas em conjunto para manter um formato que seja de mais fácil compreensão e de forma mais didática.

A figura 4 apresenta os dados extraídos do sítio eletrônico do INPI, nele são apresentadas a quantidade de depósitos que as empresas públicas federais dependentes de recursos do Tesouro Nacional haviam realizado até o dia 31/10/2024.

Figura 5 – Patentes depositadas no INPI

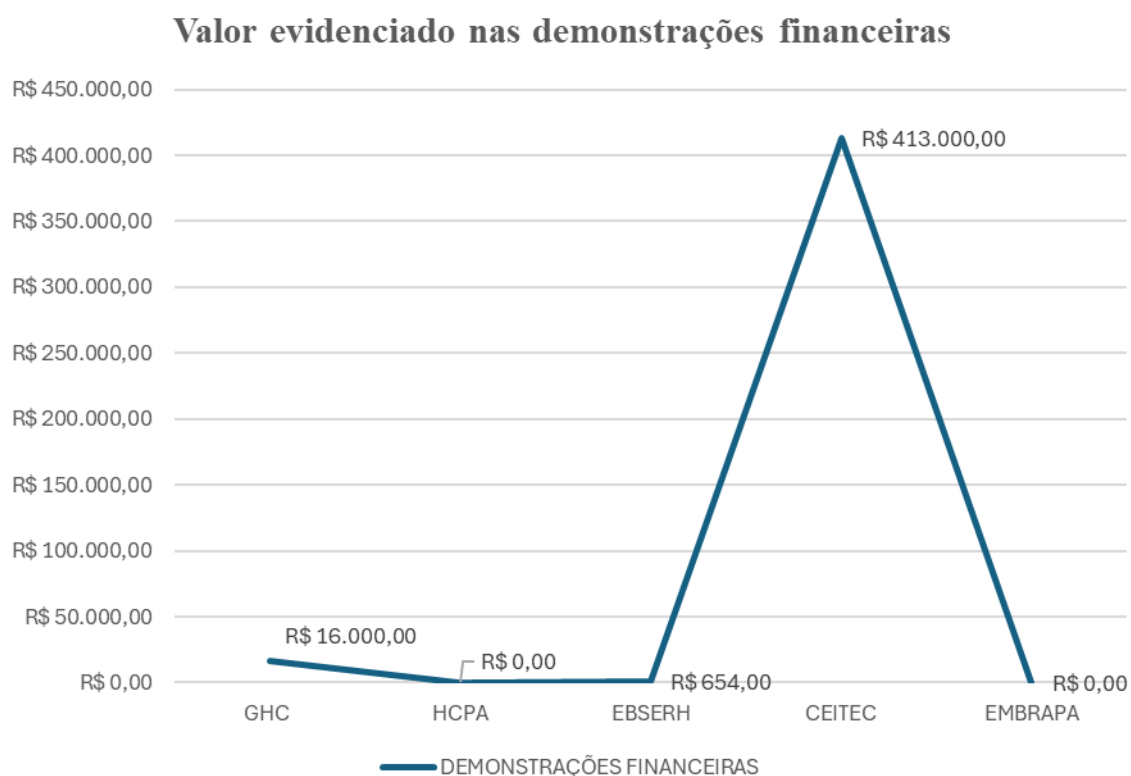


Fonte: elaborado pelo autor

Como pode ser observado algumas empresas nem apresentaram registros de patentes e isso se deve a natureza de cada uma ser diferente, ou seja, a sua atividade fim e meio nem sempre vai gerar ativos intangíveis como no caso de patentes. A EMBRAPA como já esperado leva destaque com 384 patentes registradas, o que faz total sentido já que ela tem como sua Missão: “Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira”, o que reflete na prática em geração de patentes para proteção de seus direitos produzidos pela pesquisa e inovação.

A figura 5 apresenta o valor que foram registrados nas demonstrações financeiras das empresas públicas que tiveram pelo menos 1 patente registrada no INPI. No caso das empresas que não apresentaram nenhum registro de patentes os dados de suas demonstrações não foram levantados para essa comparação.

Figura 6 – valor evidenciado nas demonstrações financeiras



Fonte: elaborado pelo autor

Quanto ao registro de valores nas demonstrações financeiras era esperado que a EMBRAPA tivesse pelo menos um bom percentual evidenciado, porém não havia sequer um centavo registrado. Comparando com as outras empresas pode-se perceber que 3 das 5 avaliadas haviam registrado o valor de suas patentes. Como já abordado por Assis (2015), os gestores têm dificuldade de realizar a convergência da contabilidade pública, que é evidenciado nesses resultados onde apenas 60% da amostra apresentou valores de patentes em suas demonstrações.

A figura 6 apresenta um recorte das demonstrações contábeis da EMBRAPA. No caso estão demonstrados nela os ativos imobilizado e intangível.

Figura 7 – Ativo intangível EMBRAPA

ATIVO	DEZEMBRO/2023	DEZEMBRO/2022
IMOBILIZADO	668.763	681.521
Bens Móveis (Nota 11)	161.673	165.013
Bens Móveis	1.005.642	988.365
Depreciação de Bens Móveis	-843.969	-823.351
Bens Imóveis (Nota 12)	507.090	516.507
Bens Imóveis	914.753	900.374
Depreciação/Amortização de Bens Imóveis	-407.663	-383.867
INTANGÍVEL (Nota 13)	60.823	62.798
Software	60.823	62.798
Software	90.706	90.348
Amortização de Software	-29.882	-27.550
TOTAL DO ATIVO	1.564.026	1.585.674

Fonte: elaborado pelo autor

O destaque deve ser dado ao Intangível que apresenta apenas a conta Software e não apresenta nenhuma de suas patentes. Com base em Milone (2004), é evidente que a mensuração de patentes é considerada um grande desafio, o que nesse caso pode ser evidenciado ao demonstrar que até outros intangíveis tiveram seus registros e suas patentes não. Porém, no caso das outras empresas públicas pode ser observado que as empresas GHC, EBSEH e CEITEC apresentaram valores registrados na conta PATENTES do Intangível. Nesse recorte das demonstrações da EMBRAPA é possível ver que a empresa não registrou nenhuma patente. Para entender um pouco mais o motivo disso, foram solicitadas informações para o setor de contabilidade da Empresa por meio do Participa + Brasil e a resposta que eles apresentaram foi a seguinte:

Figura 8 – Resposta EMBRAPA

Em relação à sua solicitação, informamos que a Embrapa, atualmente, não dispõe de um sistema corporativo de custos que atenda aos requisitos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) no tocante ao reconhecimento, como ativos intangíveis, dos ativos desenvolvidos internamente. Devido a essa limitação e à incerteza associada ao desenvolvimento das tecnologias, seguimos o CPC contabilizando tais gastos como despesas. Diante disso, os ativos tecnológicos ainda não são reconhecidos como ativos intangíveis.

Atualmente, temos um grupo de trabalho dedicado à análise da situação e ao desenvolvimento de um modelo de custo adequado. Esse projeto está em fase inicial, e ainda não há previsão para sua conclusão.

Fonte: elaborado pelo autor

Além disso, foram retiradas informações dos relatórios de gestão da empresa, principalmente o de 2023. Nele é dado destaque para os ativos intangíveis e sua contabilização

onde são retratados os motivos de ainda não terem sido mensurados e é abordada a importância que a empresa percebe do valor desses ativos. A empresa alega que: “Em 2023, esses ativos não foram reconhecidos nos balanços contábeis da Empresa, pois um projeto institucional está em desenvolvimento para apresentar soluções/metodologias que viabilizem o reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis em 2024” (Embrapa, 2023).

Resumindo, a Empresa demonstrou ter um grande número de patentes em comparação com outras com a mesma natureza jurídica. Porém, diferentemente das empresas GHC, CEITEC e EBSEH, a EMBRAPA não tem registrado em suas demonstrações contábeis os valores de suas patentes. Não obstante, a organização alega estar realizando o necessário para que muito em breve esses valores comecem a ser evidenciados em seus relatórios com base no que é normatizado no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 04. Fica evidente que os gestores como já previsto por Milone (2004), apresentam dificuldade para mensurar esses valores de patentes. Porém, como é previsto na NBC T 16.1 a EMBRAPA faz parte do escopo das entidades que seguem os normativos da contabilidade pública e, portanto, precisam evidenciar esses valores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados da pesquisa, que demonstram a falta de informações de patentes nas demonstrações financeiras. É extremamente importante que aqueles responsáveis por essas demonstrações busquem entender a importância de se mensurar as patentes, pois elas têm um poder de agregar muito valor as empresas, tanto públicas como privadas. Entendido isso, é preciso ter um aparato melhor e os responsáveis por essas empresas deem o suporte necessário para que esses valores sejam evidenciados já que o processo nem sempre é tão simples, caso contrário todas as empresas do estudo estariam com seus registros de patentes atualizados nas demonstrações financeiras.

Esse trabalho buscou compreender como estavam sendo realizados os procedimentos contábeis relativos as patentes no setor público, especialmente na EMBRAPA. A importância disso gira em torno de que a convergência da contabilidade pública passa por dificuldades, e que existem peculiaridades que o setor público ainda enfrenta para registrar todas as informações contábeis necessárias para obter uma representação fidedigna de seus relatórios. Dessa forma, foram realizados procedimentos para buscar tais informações e compará-las para analisar os resultados.

Ademais, os resultados foram em parte como o que era esperado no início da pesquisa. A EMBRAPA apresentou de fato um grande número de patentes registradas no INPI, porém nenhuma delas estava evidenciada em suas demonstrações contábeis. Mesmo não cumprindo com o que era esperado no início do trabalho em relação as demonstrações, o departamento responsável ressaltou que já existem tratativas que estão em andamento para que essas patentes sejam mensuradas, evidenciadas e reconhecidas.

Diferentemente de outras pesquisas sobre o assunto, esta buscou entender mais sobre a situação de patentes em empresas públicas federais independentes, ramo que ainda não havia sido interesse de outros pesquisadores. Vale destacar que já existem trabalhos que evidenciaram patentes em Universidades Públicas Federais, porém a pesquisa de patentes acabou se limitando em grande parte a essas organizações.

Conclui-se que o objetivo desse trabalho foi realizado ao demonstrar como estão sendo realizadas as tratativas relacionadas a mensuração, evidênciação e reconhecimento de patentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Isso pode ser evidenciado com base nos resultados demonstrados, como é o caso de a empresa ter 384 registros de patentes no INPI, e suas demonstrações não apresentarem valor algum na conta de Patentes do Intangível da empresa. Como objetivo secundário da pesquisa podem ser comparados os resultados da EMBRAPA com o de outras empresas públicas federais que demonstraram também que não existe uniformidade entre o registro de patentes no setor público, algumas evidenciaram e outras não.

Portanto, finalizada a pesquisa da EMBRAPA fica a abertura para outras organizações serem analisadas. Assim como as empresas públicas federais em questão outras também passam pelo mesmo processo de convergência da contabilidade pública, e enfrentem a mesma dificuldade ao mensurar tanto suas patentes como ativos intangíveis com características semelhantes. As patentes estão presentes em diversas organizações e ao mensurá-las podem alterar de forma expressiva os resultados da entidade, de uma forma muito positiva.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Eunice; ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Proposta para mensuração de patentes. Revista de Administração Contemporânea, v. 21, n. 1, p. 125-141, 2017.

ALMEIDA, Neuraci. Informação sobre patentes nas demonstrações da EMBRAPA Mensagem recebida por: <neuraci.souza@embrapa.br> em 04 nov. 2024

AMADEI, José Roberto Plácido; TORKOMIAN, Ana Lúcia Vitale. As patentes nas universidades: análise dos depósitos das universidades públicas paulistas (1995-2006). *Ciência da Informação*, v. 38, p. 9-18, 2009.

AMZ. (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.amazul.mar.mil.br/transparencia/demonstracoes-financeiras-anuais/2023>

ASSIS, Vanessa Enrique Renovato et al. Contabilidade pública brasileira: um estudo sobre a convergência das normas contábeis aos padrões internacionais. 2015.

BRASIL. Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).10^a ed. Brasília: Tesouro Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>. Acesso em:19 de nov.2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.. Diário Oficial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

CAVALCANTE, Francisco; ZEPPELINI, Paulo Dragaud. O que é Ativo Intangível [em linha]. ago. 2009.

CBTU. (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://intranet.cbtu.gov.br/index.php/pt/desempenho/balanco>

CEITEC. (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <http://www.ceitec-sa.com/pt/aceso-a-informacao/transpar%C3%Aancia-e-presta%C3%A7%C3%A3o-de-contas>

CODEVASF. (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-financeiras>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, 2010. Disponível em: www.cpc.org.br Acesso em 19 de nov.2024.

CONAB (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.conab.gov.br/auditorias/demonstracoes-contabeis>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (2017). Norma Brasileira de Contabilidade NBC 08: Ativo intangível.

COSTA, A. J. B.; SANTOS, D. S.. Mensuração, reconhecimento e evidenciação de patentes científicas das Universidades Federais do Centro-Oeste, In: Accounting and Governance Conference - AGC, Brasília, 2024.

CPRM (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.sgb.gov.br/demonstracoes-financeiras>

DE ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes. A patente como ferramenta da informação. *Ciência da Informação*, v. 10, n. 2, 1981.

DE MELO, Celso Antonio Bandeira. Sociedades mistas, empresas públicas e o regime de direito público. *Revista Diálogo Jurídico*, n. 13, 2002.

DO PRADO, Joyce Dias; PAIVA, Amanda Almeida. Convergência da contabilidade pública às normas internacionais. *Negócios Em Projeção*, v. 8, n. 1, p. 161-174, 2017.

EMBRAPA (2023) Relatório de gestão 2023. Recuperado de <https://www.embrapa.br/relatorio-de-administracao>

EMBRAPA (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/demonstracoes-contabeis>

EBC (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.ebc.com.br/lei-de-acesso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>

EBSERH (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/receitas-e-despesas/demonstracoes-financeiras>

EPE (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.epe.gov.br/pt/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis/demonstracoes-financeiras>

FERREIRA, Ademir Antônio; GUIMARÃES, Edílson Rodrigues; CONTADOR, José Celso. Patente como instrumento competitivo e como fonte de informação tecnológica. *Gestão & Produção*, v. 16, p. 209-221, 2009.

FIGUEIREDO, Luciana Harumi Morimoto; MACEDO, Maria Fernanda Gonçalves; PENTEADO, MI de O. Noções de propriedade intelectual-patenteamento na Embrapa: conceitos e procedimentos. 2008.

GHC (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.ghc.com.br/default.asp?idMenu=governanca&idSubMenu=12575>

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Editora Atlas SA, 2002.

HCPA (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.hcpa.edu.br/content/view/226/343/>

IMBEL (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-recursos/gestao-orcamentaria-e-financeira/arquivos/demonstracoes_contabeis_e_notas_explicativas_consolidadas_do_md_2023.pdf

INFRA (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.infrasa.gov.br/demonstracoes-contabeis/>

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da administração pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, CAPES, UAB, 2010.

KAYO, Eduardo Kazuo et al. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. Revista de administração contemporânea, v. 10, p. 73-90, 2006.

KONO, Carlos Mamori; QUONIAM, Luc; RODRIGUES, Leonel Cezar. A contribuição de patentes para a inovação sustentável: o caso de um trocador de calor. **Exacta**, v. 12, n. 3, p. 325-335, 2014.

LIMA, Raquel Luz de. A influência dos atores no processo de convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais. 2017.

MENDES, Cássia Isabel Costa; RIBEIRO, Paula Giovanna Guimarães; BUAINAIN, Antônio Márcio. Direito autoral na agropecuária: relato da experiência da Embrapa. 2015.

MILONE, Mario Cesar de Mattos. Cálculo do valor de ativos intangíveis: uma metodologia alternativa para a mensuração do valor de marcas. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NUCLEP (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de https://www.gov.br/nuclep/pt-br/acao_a_informacao/receitas-e-despesas/desmostracoes-financeiras

PACHECO, Vicente. Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis: teoria e empiria [em linha]. 2005.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. Revista Contabilidade & Finanças, v. 17, p. 7-24, 2006.

REIFSCHNEIDER, Francisco José Becker et al. Novos ângulos da história da agricultura no Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010., 2010.

TRENSURB (2023) Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.trensurb.gov.br/contas-anuais/relatorios-da-administracao-e-demonstracoes-financeiras>

VISOLI, Marcos Cezar et al. Acesso Aberto na Embrapa: breve histórico, avanços recentes e desafios. 2017.

ZAMBONI, B. A. M. (2016). Monitoramento tecnológico nas IFES do Norte e Nordeste: levantamento de patentes como indicadores de inovação (Trabalho de Conclusão de Curso- graduação). Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Ciência da Informação. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34924>.

ZANOTELI, Eduardo José et al. Ativos intangíveis: uma perspectiva teórica para o seu reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis. 2015.